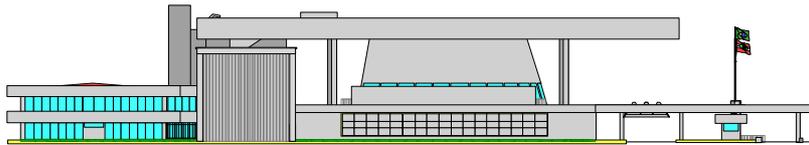


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 05 DE MARÇO DE 1999

NÚMERO 4.604

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

DEPUTADOS ESTADUAIS

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelmir Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**

Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Sandro Tarzan

GILMAR KNAESEL (PPB)

IVAN RANZOLIN (PPB)

JOARES PONTICELLI (PPB)

LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (PPB)

MILTON SANDER(PPB)

ODACIR ZONTA (PPB)

ODETE DO NASCIMENTO (PPB)

RENO CARAMORI (PPB)

NELSON GOETTEN DE LIMA (PPB)

VALMIR COMIN (PPB)

ADELOR VIEIRA (PFL)

CESAR SOUZA (PFL)

CIRO ROZA (PFL)

HEITOR SCHÉ (PFL)

CLÉSIO SALVARO (PFL)

NILSON GONÇALVES (PFL)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PFL)

PAULO BORNHAUSEN (PFL)

WILSON WAN-DALL (PFL)

FRANCISCO DE ASSIS NUNES (PT)

IDELI SALVATTI (PT)

NEODI SARETTA (PT)

PEDRO UCZAI (PT)

VOLNEI MORASTONI (PT)

GELSON SORGATO (PMDB)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

IVO KONELL (PMDB)

LUIZ ROBERTO HERBST (PMDB)

MANOEL MOTA (PMDB)

MOACIR SOPELSA (PMDB)

NARCISO PARISOTTO (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RONALDO BENEDET (PMDB)

JOÃO ITAMAR DA SILVEIRA (PSDB)

JOÃO DE OLIVEIRA ROSA (PSDB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

AFONSO SPANIOL (PDT)

JAIME MANTELLI (PDT)

SANDRO TARZAN (PTB)

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 998**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 005ª Sessão Ordinária
realizada em 25/02/1999..... 2

Atos da Mesa Diretora

Resoluções DP 8
Resoluções Administrativas
..... 9

Publicações Diversas

Extrato 12
Ofícios 12
Portarias 12
Projetos de Lei 14
Projetos de Resolução 16

PLENÁRIO**ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 25 DE FEVEREIRO DE 1999****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL**

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sra. Deputada Odete Prestes do Nascimento, que dispõe sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares Fardados;
- de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet,

que denomina rodovia Otávio Dassoler, a via localizada no bairro São Simão, que hoje faz parte do Anel Viário de contorno norte do Município de Criciúma.

OFÍCIO Nº:

055/99, do Sr. Deputado Wilson Wan-Dall, solicitando a substituição do nome do Deputado Nilson Gonçalves para o Deputado Onofre Santo Agostini, objetivando compor a Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Ideli Salvatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados presentes à sessão, minha companheira, Deputada Odete do Nascimento, no dia de hoje venho à tribuna para lamentar as ocorrências da noite de ontem na frente da Câmara de Vereadores e também as ocorrências havidas na noite de terça-feira, dia 23.

Em primeiro lugar, pela primeira vez na história do Parlamento Municipal da nossa Capital, tivemos um episódio onde o policiamento militar fardado e armado esteve presente dentro do Plenário da Câmara.

Este é um fato, e o ex-Vereador João da Bega pode confirmar que isso não tem registro na

história do Parlamento Municipal. Aliás, eu acho que não tem registro no Parlamento de qualquer Estado, Município ou País decente, porque o Parlamento tem que ter absoluta autonomia na sua função, no desempenho das suas atividades.

Ontem, na frente da Câmara, eu pude, inclusive, registrar o fato que esta Assembléia Legislativa vivenciou durante o processo de *impeachment*, que foi um dos processos indiscutivelmente mais tumultuados da história do Legislativo Estadual de Santa Catarina. Mas em nenhum momento, mesmo nas sessões onde só faltava voar cadeira aqui dentro deste Plenário, nós tivemos dentro do Plenário da Assembléia um único policial militar fardado e armado, que foi o que aconteceu na Câmara.

Então, acho que esta é a primeira reflexão que tem que ser feita, por que isso ocorreu, o que estava em jogo para ser necessária a apresentação e a presença da força militar ostensiva dentro do Plenário do Legislativo Municipal.

A outra situação foi o que eu presenciei (eu particularmente presenciei, já que não estava na terça-feira à noite acompanhando os trabalhos da Câmara) ontem à noite nas manifestações populares ocorridas na frente da Câmara Municipal.

A Polícia Militar infelizmente (e nós estamos entrando inclusive com um pedido de informação no dia de hoje para que seja explicitado sob a ordem de quem, de qual autoridade,

quem era o Comandante responsável da operação) teve um comportamento indiscutivelmente lamentável.

Nós tivemos várias pessoas feridas durante a manifestação, desnecessariamente, porque não havia necessidade de lançamento de bombas nem de tiros, como ocorreu. Não havia necessidade. E olhem que eu sou escolada em manifestação com conflito com a Polícia Militar! Eu tenho uma longa história, uma longa folha corrida de manifestações tumultuadas!

Não havia, realmente, necessidade, absoluta, daquele tipo de procedimento agressivo da Polícia Militar.

Eu tive a oportunidade de acompanhar duas pessoas feridas ao Hospital Celso Ramos: o tesoureiro do Sindicato dos Motoristas da cidade, que está com lesão de córnea, e o Vereador Márcio de Souza, que está com uma perda de 50% da visão, com suspeita de fissura na retina. Portanto, algo que poderá gerar consequências graves para a visão do Vereador, que no momento em que explodiu a bomba estava contemporiando com os oficiais comandantes da operação para criar um clima de menos agressividade.

A bomba estourou do lado do Vereador e atingiu o tesoureiro do Sindicato dos Motoristas, um transeunte que não tinha nada a ver com a manifestação, e um fotógrafo do jornal O Estado, que teve um ferimento extremamente grande na perna e teve de ser submetido a uma cirurgia. No mínimo oito pessoas foram colocadas no hospital.

Então, quero deixar registrado o meu repúdio e a solicitação à Mesa para que seja incluído na Ordem do Dia o pedido de informação acerca de esclarecimentos sobre quem chamou a Polícia, sob a ordem de qual esfera estava, se era da municipal ou da estadual, qual a autoridade, quem era o Comandante responsável pelas ações.

Tudo isso acaba fazendo uma cortina de fumaça em cima da questão central, porque essas agressões, essa situação toda que foi colocada na terça-feira, a intervenção armada dentro do Plenário da Câmara, as agressões e até os ferimentos ocorridos na noite de ontem, acabam encobrindo o real motivo de todo o conflito, que é o projeto de lei, que acabou sendo aprovado na marra, que concede às atuais empresas de transporte coletivo que atuam em Florianópolis mais 10 anos de concessão, que poderão ser renovados por mais 10 anos, sem licitação.

Este é o motivo da guerra estabelecida, ou seja, perpetuar um benefício a determinadas empresas sem que possamos fazer um contraponto e a escolha de um outro preço, de um outro valor. Isto é algo inadmissível em uma crise como a que estamos enfrentando: estabelecer o que já está, no preço que já está e manter por até 20 anos.

Eu quero resgatar aqui a experiência do governo Garotinho, no Rio de Janeiro, onde o PT está coligado, onde uma das primeiras medidas foi baixar o preço do transporte coletivo, isto a partir de um estudo aprofundado de que não é possível cobrar determinadas tarifas que são abusivas.

Aqui em Florianópolis, e quero dar o testemunho pessoal, fui procurada no final do ano passado pelos responsáveis da entidade que associa os microônibus da cidade que fazem transporte escolar e que no verão fazem o transporte farofinha. Havia todo um impedimento, no final do ano passado, para que eles pudessem operar, tendo em vista que já há uma reserva de mercado para os amarelinhos. Os transportadores que fazem o farofinha fizeram há dois anos o transporte na época de temporada a R\$1,50, com lucro. Testemunho deles: a R\$1,50 era pleno e altamente lucrativo fazer o transporte de temporada.

O amarelinho custa R\$2,30, e os farofinhas foram à negociação com a Secretaria de Governo Municipal e acabaram podendo operar este verão a R\$2,00, enquanto eles, de antemão, já tinham a disposição de operar a R\$1,50 com

lucro. Mas foram impedidos, porque obviamente se um farofinha pode com lucro transportar a R\$1,50, como que o amarelinho cobra R\$2,30? E aí se expõem, explicita-se de forma escancarada o abuso, a exploração que se dá através das empresas de transporte coletivo nos nossos Municípios aqui, no nosso Estado.

Então, eu gostaria de deixar registrado que o pano de fundo é este: o privilégio abusivo de conceder, sem licitação e por 20 anos, o transporte coletivo a determinadas empresas onde, inclusive, sabemos, à boca pequena, que há ligações, que há interesses da família Amin. Porque agora temos o Governador e a Prefeita da mesma família, com determinadas empresas de ônibus e, diga-se de passagem, a empresa Transol.

Isso corre, absolutamente, à boca pequena, grande e escancarada aqui, na cidade.

Então, eu quero dizer que isto é inadmissível: toda a violência de terça e quarta-feira se deu exatamente por esses privilégios.

O Sr. Deputado João Itamar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado João Itamar - Deputada Ideli Salvatti, eu vim até a tribuna para lhe pedir um aparte até porque meu nome foi citado no seu discurso.

Eu realmente me preocupo com essa situação e, claro, comungo com seu discurso. Nós teremos que ter explicações de quem realmente foi o autor dessa autorização.

Agora, quanto aos aumentos que V.Exa. se refere sobre o transporte coletivo, eu quero lhe dizer com muito prazer e com muita honra que fiz parte da Câmara Municipal por oito anos e lá, contribuí, sim, para o engrandecimento daquele Parlamento. Quanto a isso, eu tenho certeza. E durante o tempo em que eu estiver aqui farei a mesma coisa.

Infelizmente, no seu discurso V.Exa. citou a situação de aumento dos transportes coletivos, e eu gostaria que V.Exa. pedisse o apanhado da administração popular que mais aumento concedeu no transporte coletivo em Florianópolis.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu gostaria de reiterar o meu pronunciamento para a inclusão na Ordem do Dia do nosso pedido de informação e dizer, Deputado João Itamar, que esta questão do transporte coletivo e a ausência absoluta de interesse de determinados governantes de fazer os processos licitatórios, eu acho que nós vamos ter a oportunidade de debater, até porque esta situação é semelhante em nível Estadual. Santa Catarina tem nas linhas intermunicipais o maior preço por quilômetro rodado. É só comparar com o mesmo percurso em linhas interestaduais.

Então, esta questão do transporte de benefícios das transportadoras vai estar na Ordem do Dia, indiscutivelmente, durante várias ocasiões aqui, no nosso Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O próximo orador inscrito é o Deputado Lício Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou fazer algumas colocações com respeito ao pronunciamento da Deputada Ideli Salvatti, porque achei algumas coisas que a Deputada falou extremamente exageradas e até irreais.

Quanto à ação da Polícia Militar, eu sou frontalmente contra e concordo com ela. Não há como justificar atos desta natureza. Não concordo. Eu acho que o requerimento deverá ser aprovado por maioria.

Quanto à colocação do projeto de lei, temos que lembrar que no ano passado foi aprovado por unanimidade nesta Casa um projeto de lei idêntico.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti

(Intervindo) - Não com o voto do PT.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Talvez V.Exa. não estivesse aqui, Deputada. Mas foi aprovado por unanimidade nesta Casa, e estendeu também a concessão às empresas de ônibus, que estão ainda hoje trabalhando, por mais dez anos. Foi aprovado por unanimidade.

Lembro também à Sra. Deputada que fui procurado pelo sindicato dos ônibus que transportam escolares. Eles têm diuturnamente essa tarefa. Normalmente esses ônibus são dirigidos pelos próprios proprietários, pelos familiares ou por alguns motoristas contratados. E nesse sentido, Deputada, eles também argumentaram que o preço deles é um preço mais baixo do que o preço desses outros ônibus amarelinhos que estão aí circulando.

Agora, temos que ver o seguinte: com esses amarelinhos foi feito um investimento muito grande no sistema do transporte municipal, e eles têm fixado as suas tarifas em função de determinados aspectos inerentes aos transportes.

Ora, quando chegam os meses de janeiro e fevereiro o período escolar pára, e os transportes escolares querem participar do processo. E é justo que eles participem, até dando um acréscimo ao sistema de transporte, só que é uma batalha campal por problema de espaço.

O empresário que está investindo normalmente no setor do transporte, é lógico, tem que manter os seus preços em função dos investimentos que foram feitos. E aqueles que querem procurar novo espaço, que saem do seu período escolar de atividade, não têm mais transporte escolar, e é lógico que querem adentrar. Esse confronto existe, e quem não quer deixar o seus ônibus parados faz com que o preço realmente fique mais baixo.

Agora, V.Exa. falou uma coisa que me preocupou muito, Deputada Ideli Salvatti, que diz respeito à empresa de ônibus Transol, quando acusou aqui o casal Amin de ser o proprietário. Isso é muito grave. Se entendi bem, foi isso que V.Exa. falou. Isso é extremamente grave.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Eu vou reiterar novamente o que disse: que corre à boca pequena, à boca grande, escancaradamente, ligações da família Amin. Não falei que são proprietários, até porque há um interesse permanente em beneficiar determinadas empresas, especialmente a Transol.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Não, V.Exa. está muito errada com respeito a isso. V.Exa. deveria conhecer a história do transporte da cidade de Florianópolis.

O meu assunto não era esse e se os Deputados Ronaldo Benedit, Manoel Mota, Joares Ponticelli e João Itamar permitirem, gostaria de fazer um pequeno relato do que aconteceu ontem aqui, nesta Casa, durante a reunião com o DNER, quando contamos com a presença do engenheiro Roberto Ribas para nos falar sobre o estado da BR-101, com relação ao trecho Curitiba/Palhoça e com relação ao trecho que está sendo feito de Palhoça até a divisa do Rio Grande do Sul.

O engenheiro Roberto Ribas foi convidado a participar desse evento, porque as notícias que estavam circulando é que essas obras iriam ser paralisadas. São oito lotes que existem de Garuva até Palhoça, contando com uma extensão de 216,5 quilômetros, dos quais 115 quilômetros estão prontos e 80% dos serviços prestados estão executados, mas isso não significa que 80% da rodovia esteja pronta. Tanto que pela quilometragem executada, apenas 50% da BR-101 está duplicada dentro dos parâmetros normais.

O Sr. Deputado Manoel Mota, que é uma pessoa experiente nessa área, salientou uma série de dificuldades que dizem respeito à sinalização, aos postos de patrulhamento rodoviário e assim sucessivamente. Nós, preocupados, procuramos saber quais os pontos de estrangulamento e vimos que dois pontos básicos

são fundamentais para resolvermos o problema da BR-101 no trecho Garuva/Florianópolis, que são as pontes sobre os Rios Tijucas e Itajaí.

Ontem, inclusive, quando estávamos reunidos, ocorreu um acidente na ponte, quando a máquina da empreiteira bateu no pilar, e o tráfego está ocorrendo por apenas uma pista. Portanto, além do problema da ponte sobre o Rio Urussanga, temos agora mais esse.

Os recursos previstos para o orçamento de 1999 são de apenas R\$63.000.000,00. Esses recursos farão com que a obra continue até abril de 1999, isto é, se os recursos forem realmente sancionados, segundo o engenheiro responsável. Só que precisa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de mais R\$100.000.000,00 para concluirmos essa obra em definitivo, que é de suma importância para o Estado.

O túnel continua a ser feito; estão quase perfurando a camada de cima da abóbada e depois deverão perfurar a camada de baixo. O túnel está sendo feito em duas etapas, concomitantemente. Mesmo com dificuldades de pagamento, o túnel não irá parar, pois a empreiteira chegou à conclusão que se parasse o prejuízo para eles seria maior. Então, até o final do ano este túnel estará perfurado.

O repasse do mês de dezembro às empreiteiras está atrasado, e o de janeiro deverá vencer amanhã. É preciso (e isso ficou acertado entre os Deputados e o engenheiro Roberto Ribas) que se faça uma pressão política organizada através da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, dos meios de comunicação, da Fiesc, dos sindicatos de transporte, enfim, de todas as entidades organizadas, para que possamos efetivamente terminar esta obra.

Uma coisa interessante foi a parte sul do projeto. O Deputado Joares Ponticelli falou que o Estado estava com R\$5.000.000,00 e queria saber se esta quantia seria suficiente para terminar o projeto da obra. Foi afirmado que sim, que o valor era mais que suficiente. Este projeto da parte sul ficará pronto até junho de 1999, precisando de mais dois meses para revisá-lo; então, em agosto este projeto deverá estar definitivamente pronto e a licitação apta para ser feita. E aí será preciso mais uma vontade política nossa e da sociedade organizada para pressionarmos as autoridades, para que isso efetivamente aconteça.

Perguntamos também sobre os pontos críticos que estão na parte sul. A ponte sobre o Rio Urussanga, referida pelo Deputado Manoel Mota, tem um vão bastante grande e será aterrada em um determinado pedaço, e teremos uma ponte de 70 metros que suprirá as dificuldades. Ele salientou, ainda, que a ponte sobre o Rio Cabeçadas também era um ponto crítico.

Portanto, com relação ao sul, existem variantes com problemas sérios, levantados pelo Deputado Ronaldo Benedet e por outros Deputados que fazem parte da Bancada que representa a região Sul.

Falamos também sobre a balança, há tanto tempo deteriorada. Enfim, acho que temos a responsabilidade de fazer com que essa obra não pare. Os 40 Deputados têm que estar presentes neste processo, porque boa parte da economia de Santa Catarina, se não a grande parte, "atravessa" por esta BR-101.

Acho que é uma briga que a Assembléia Legislativa tem que comprar na figura do seu Presidente, tanto que ele convocou o engenheiro Roberto Ribas. E devemos fazer parte deste processo.

Era o que tinha para dizer, e sugiro que o Deputado Manoel Mota dê continuidade a este assunto na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a tarde de ontem foi importante para que nós pudéssemos clarear, de uma vez por todas, toda a situação da BR-101.

Há muito diz-que-diz-que, há informações diferentes e há uma preocupação muito grande com a

sociedade, com o usuário da BR-101.

A região de Tubarão, a Amarel, a Amrec e a Amesc têm essa preocupação, porque essas pontes na BR-101 tem aproximadamente trinta anos, e no momento em que uma rompe, há uma preocupação, evidentemente, com as outras.

Ontem foi um dia importante, fundamental, pois discutimos esta questão com o Dr. Roberto Ribas, convidado que foi para uma reunião no gabinete da Presidência com os Parlamentares.

Foram mais de duas horas de discussão, em que foram clareadas todas estas questões, para que possamos pelo menos dar mais tranquilidade ao usuário que depende exclusivamente da BR-101.

Aí, sim, foi discutida a paralisação de obras importantes, como a duplicação da BR-101 de Palhoça à divisa do Paraná. O Dr. Roberto Ribas colocou que são grandes empresas com um lobby muito grande em Brasília, e sabiam que enquanto não fosse aprovado e sancionado o Orçamento, poderiam diminuir esse valor de 63 milhões de reais. E aí, evidentemente, as empresas que têm só um mês em atraso teriam problema.

Portanto, nós discutimos e sabemos que foi sancionada na tarde de ontem a liberação dos 63 milhões de reais, que não são suficientes para dar continuidade à obra, pois esses 63 milhões terminam em abril e será preciso mais cem milhões de reais para finalizar as obras, que é o compromisso do Governo Federal com Santa Catarina.

Ontem foi sugerida a criação de uma Comissão Parlamentar Externa desta Casa, sugestão esta feita por este Deputado e pelo Deputado Adelar Vieira, para que possamos, com as representações da sociedade organizada, ir a Brasília, ao Presidente da República, aos representantes catarinenses no Congresso Nacional, e tentar fortalecer ainda mais este pleito, transformando-o em prioridade número um no País, porque pela BR-101 são transportadas as nossas riquezas para todos os cantos, é transportada a alimentação, que sustenta principalmente o Sul.

Nós também discutimos questões importantes do projeto de engenharia referente à parte sul, e o Dr. Roberto Ribas falou que 55 milhões estão assegurados, para finalizar o projeto técnico de engenharia do lado sul, que ficaria pronto em junho e teria um prazo de mais noventa dias para poder ser feita a avaliação e dar a aprovação, para que nós tenhamos condições de licitar também a duplicação do lado sul.

Então, repito, foi uma discussão importante. Na questão das pontes, um dos pontos críticos é a ponte de Cabeçadas, porque caso acontecesse uma paralisação, a BR-101 deixaria de existir para o lado sul. Mas temos a segurança de que ela não tem problema. É um ponto crítico, mas não um ponto crítico preocupante, há condições de fazer nesta ponte a reforma necessária, para que nós continuemos a transportar a riqueza do País nesse tapetão.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Manoel Mota, quero primeiramente parabenizar a direção desta Casa, o seu Presidente e o Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que prontamente convidaram o engenheiro Roberto Ribas para comparecer a esta Casa.

Os Deputados da região estiveram o tempo todo presentes na reunião com o Engenheiro-Chefe do DNER em Santa Catarina, na qual foram levantadas essas questões de fundamental importância, sendo que para mim o fator primordial de urgência era o restabelecimento da tranquilidade àqueles que transitam pela BR-101, mormente os habitantes da região Sul do Estado de Santa Catarina. Com relação a esta questão fiquei insatisfeito.

Mas, ontem, após a nossa reunião,

Deputado Manoel Mota, recebi uma informação de Brasília no sentido de que a verba, ou seja, os 63 milhões que seriam repassados, segundo informação do engenheiro Roberto Ribas, não está garantida, que existe uma possibilidade muito grande de ela não ser garantida no Orçamento.

Quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nesta uma semana de trabalho efetivo realizado como Deputado sinto-me útil à sociedade catarinense. Acho que a Assembléia tem que se envolver em ações como esta, embora muitas vezes não regimentais, não protocolares. Devemos nos empenhar, devemos estar presentes na sociedade catarinense, porque, como disse aqui ontem, somos a representação da totalidade da população catarinense.

O Executivo, com todo o respeito, apresenta uma parte da sociedade, nós aqui representamos o todo da sociedade. Por isso, temos a obrigação, mesmo saindo do Regimento, mesmo fora das condições protocolares, de nos envolver nos anseios, no sofrimento da sociedade catarinense. Assim, iremos valorizar ainda mais o Poder Legislativo catarinense.

Por isso, parabéns à direção desta Mesa e a todos os Deputados envolvidos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao Deputado Ronaldo Benedet pela sua intervenção.

Gostaria de dizer ao Deputado Lício Silveira, que no papel já colocou todas as nossas prioridades, que nós temos que buscar uma alternativa para as obras prioritárias do nosso Estado. Este é o papel fundamental desta Casa. I

Nosso Estado precisa de uma ação muito forte, e este Parlamento é a resposta. Por isso que ontem foi um dia importante. Precisamos dar tranquilidade à sociedade, e para isso vamos convidar essas empresas, vamos entrar em contato com Brasília e marcar uma série de audiências, para que tenhamos uma resposta. E essa resposta não é para o Parlamento, mas para a sociedade catarinense, que confia nos Deputados que a representam nesta Casa.

Temos que nos unir cada vez mais em termos do Sul, em termos de Santa Catarina, para que tenhamos uma resposta positiva. Não queremos mais ser enganados, já fomos enganados por muitos e muitos anos, já houve muitos discursos bonitos de outros Presidentes sobre a BR-101. Foi assumido um compromisso, já estão aí os equipamentos, e queremos uma ação mais ágil, porque essa obra é fundamental para o desenvolvimento não só de Santa Catarina, mas de todo o Brasil.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, também gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora, porque ontem tivemos a oportunidade de saber a quanto anda todo o procedimento em relação à conclusão do trecho norte da duplicação e em relação, acima de tudo, aos encaminhamentos, para que se possa iniciar no menor espaço de tempo possível a duplicação do trecho sul.

Deputado Manoel Mota, V.Exa., assim como os demais Deputados do Sul do Estado, sabe bem que é crítica a situação da BR-101 naquela região, sabe que temos alguns pontos de estrangulamento que precisam de uma ação rápida do DNER, quem sabe até no trevo de Capivari.

Está presente aqui o Vereador Joel Florentino Machado, do Município de Capivari de Baixo, que também é administrador regional da Celesc, e ele nos colocava a intenção das lideranças do Município de Capivari de Baixo e do Rotary Clube de lá de interditar o acesso ao referido Município, que V.Exa. bem conhece, caso o DNER não tome alguma providência, pois é um ponto crítico da BR-101.

É preciso que se adote, no mínimo, medidas paliativas, como no caso do trevo de Jaguaruna, porque sabemos que a duplicação do trecho sul vai levar ainda muito tempo.

Então, ontem fiquei satisfeito por saber

que a Ponte Cavalcanti, em Tubarão, não oferece absolutamente nenhum risco, e isso tranqüiliza a população. Mas a ponte de Cabeçadas oferece risco, e é preciso que haja uma ação também desta Casa no sentido de buscar recursos para a sua recuperação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Por isso que a discussão ontem foi importante, porque nós temos hoje um diagnóstico geral de toda a situação da BR-101.

Nobres Deputados, gostaria de chamar a atenção para o seguinte: a BR-101 comporta um peso de 45 toneladas por caminhão. Existem caminhões que trafegam na BR-101 carregando até 64 toneladas - 50 de carga e 14 ou 15 de tara. Por isso que no ano passado entrei com um requerimento fazendo um apelo ao Congresso Nacional, ao Ministro da área e ao Presidente da República no sentido de que não fosse fechada a única balança de Santa Catarina, na qual foi feito um investimento muito grande. E depois ainda investiram recursos do Estado. Não podemos, depois de usar recursos federais e estaduais, depois de investir, deixar que a obra seja destruída, líquida e/ou abandonada. Isso não podemos aceitar!

Se a balança de Aranguá não tivesse sido fechada há seis meses, talvez isso não tivesse acontecido. Por isso, a reabertura da balança também é uma das prioridades, no sentido de respeitarmos a tonelagem das cargas que as BRs comportam.

Esta é uma luta permanente que haveremos de travar nesta Casa, porque esta Casa é a voz do Povo, e nós vamos fazer com que esse direito seja respeitado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos seis minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queira fazer uso da palavra, os próximos dezesseis minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, sempre procuro versar sobre um assunto político neste horário, mas hoje vou discutir um assunto que está em pauta, a BR-101, que talvez seja mais importante do que qualquer outro tema político-partidário neste momento de apreensão, de nervosismo dos catarinenses, dos gaúchos, enfim, de quem se utiliza desta rodovia tão importante.

Nós lembramos muito bem a movimentação feita pela RBS, em consonância com o Poder Legislativo de Santa Catarina, em parceria com tantas entidades não-governamentais, para melhorar o tráfego na BR-101, denominada, infelizmente, de "Rodovia da Morte".

Naquela época foram movimentadas todas as camadas sociais e houve milhões e milhões de assinaturas. O Governo do Estado e a Assembléia Legislativa foram a Brasília levar quase que dez toneladas de papel contendo essas assinaturas. O Governo Federal, o Ministro dos Transportes ficaram sensibilizados e a obra foi licitada; foram buscados recursos através do Excel Bank, através do BID, com uma contrapartida menor do Governo Federal.

A obra foi iniciada, participando dela empreiteiras de grande porte, outras de médio porte, que formaram um consórcio, Deputado Milton Sander. É bom que se registre que houve alguns percalços, mas a obra vinha sendo mantida.

Surgiu agora um comentário que uma das empreiteiras deu aviso prévio aos seus funcionários, criando entre eles uma guerra de nervos. Entendemos até benéfica essa posição da empreiteira, porque está

mostrando que lá na frente poderá ocorrer alguma paralisação por falta de recursos orçamentários para o término dessa obra.

Sabemos que está sendo equacionada uma aprovação orçamentária de 63 milhões, sendo que 16 milhões é a contrapartida do Governo Federal. Acreditamos que não haverá problema na aprovação desse recurso, a preocupação maior, Deputado Manoel Mota, ainda é com os cem milhões que serão necessários para finalizar o trecho de Palhoça à divisa com o Paraná.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Reno Caramori, pedi um aparte para fazer justiça a V.Exa., pelo trabalho que tem desempenhado frente à Comissão de Transportes desta Casa. Quero, portanto, render uma homenagem pelo trabalho que V.Exa. desempenhou na Comissão em defesa da duplicação da BR-101.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço seu registro, Deputado Manoel Mota, e quero deixar dito que sempre contamos com a presença de V.Exa. nessa Comissão. Aliás, às vezes até brincávamos que nós, caminhoneiros, temos a responsabilidade de manter a eficiência nesse tapete preto, para que os caminhões, os ônibus, os automóveis, as motos e as bicicletas circulem com tranqüilidade.

Mas, continuando, a nossa apreensão é muito grande. No decorrer desses quatro anos, fizemos várias convocações ao Dr. Roberto Ribas para que comparecesse a esta Casa, e ele aqui vinha dar as devidas explicações, até nos confortando, muitas vezes, com informações positivas. Mas agora, Deputado Manoel Mota, vimos também a preocupação do Dr. Roberto Ribas em relação à suplementação de mais cem milhões para que essa obra não sofra paralisação.

Se faltar dinheiro, as empreiteiras certamente vão paralisar. As empreiteiras estão bastante sensíveis a qualquer paralisação quando não se cumpre os contratos ou o pagamento dentro de um prazo hábil para que elas possam exercer normalmente as suas funções. Por isso a nossa preocupação.

Agora, a maior preocupação nossa ainda está relacionada com o trecho sul. Temos a promessa do Ministro Padilha, quando da sua vinda a Santa Catarina, de que esta obra não sofreria, em hipótese alguma, paralisação definitiva (essa obra começa em São Paulo e termina na divisa com o Rio Grande do Sul).

Portanto, ele, como gaúcho, se empolgou dizendo que era um compromisso de sulista e que enquanto ele fosse Ministro jamais paralisaria o andamento dessa obra.

Isso até nos conforta, mas tem razão os Deputados do Sul de estarem preocupados, porque o anteprojeto já está concluído; agora vêm as fases subsequentes, em que será apresentado o projeto para possível licitação ainda este ano. O importante é que neste ano deverá ocorrer a licitação do trecho que vai de Palhoça à divisa do Rio Grande do Sul.

Mas eu quero crer que a mobilização que será feita através dessa CPE, buscando parceria com todos os órgãos não-governamentais, como Fiesc, associações da área de transporte, da área da indústria, do comércio, da agricultura, enfim, com todos aqueles que possam, com seu peso, com a sua responsabilidade bancar também um *lobby*...

O Presidente da República também já nos garantiu, quando estivemos no Norte do Estado, em Jaraguá do Sul, que essa obra jamais poderia paralisar, até porque é a maior obra rodoviária do mundo hoje em andamento. Essa foi a argumentação do nosso Presidente da República nessa oportunidade.

Sendo assim, queremos registrar aqui a nossa preocupação e conclamar os 39 Parlamentares para buscar, independentemente

de qualquer fator que possa criar algum obstáculo, independentemente de qualquer situação, uma solução de continuidade para essa obra.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, desejo cumprimentá-lo, porque ontem ouvi depoimentos de Colegas seus da Legislatura passada relatando a sua preocupação no sentido de que não somente o trecho norte, mas também os 250 quilômetros compreendidos entre Osório e Palhoça, fossem duplicados no menor espaço de tempo possível.

Penso que nesse estudo que será realizado pela Comissão que foi criada por esta Casa, a Comissão de Transportes, haverá uma preocupação em se achar algumas formas de minimizar o problema do trecho sul, até que se resolva a situação definitivamente.

Temos a situação de Capivari de Baixo, a de Tubarão, onde temos três acessos à cidade. Mas o principal, o que dá acesso à SC-438, tem provocado vários acidentes com mortes.

É preciso que o projeto de engenharia, já concluído, para a construção de um viaduto, a exemplo do que aconteceu em Joinville antes da duplicação, também seja executado no menor espaço de tempo possível, porque há um fluxo muito intenso durante todos os períodos em função do acesso à SC-438.

É preciso que esses pontos de estrangulamento sejam motivo de preocupação nesse primeiro momento, porque sabemos que, por mais boa vontade que haja por parte do Ministério dos Transportes, até que seja concluída a duplicação do trecho sul vamos ter pela frente um longo período.

A partir do momento em que se concluir o trecho norte - e no Rio Grande do Sul, até Torres já está duplicado -, vamos ter nesses 250 quilômetros um gargalo, uma vez que se vai intensificar o movimento nesses trechos duplicados.

É preciso, portanto, que haja essa preocupação neste momento.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte.

O Sr. Roberto Ribas nos informou ontem que o Bird está sendo solicitado urgentemente para que se faça a vistoria final no anteprojeto, para que se dê andamento o mais rápido possível na licitação do trecho sul, porque dependemos dessa missão para programar toda a parte legal.

Os 115 quilômetros já duplicados perfazem parte da totalidade de 250 quilômetros. O importante é que 80% já estão concluídos; temos ainda 20%, incluindo as obras que necessitam de terraplanagem.

A Deputada Ideli Salvatti parece que está um pouco nervosa.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Não estou nervosa, Deputado! Estou apenas dizendo ao Deputado Lício Silveira, que também está preocupado com o meu nervosismo, que eu estou no meu normal. Vou à tribuna, falo o que é preciso e V.Exas. respondem à altura, se quiserem.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Imaginem se ela estivesse nervosa!

Eu gostaria de fazer uma colocação. V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

Nobre Deputado, V.Exa. já foi Presidente da Comissão de Transportes por várias vezes nesta Casa e ontem esteve presente também à reunião com o engenheiro Roberto Ribas. Lá, fizemos um pré-documento para que pudéssemos entregar à Comissão de Transportes, que será formalizada na semana que vem, para que ela possa tomar as providências necessárias em nome da Casa.

Então, se os nobres Companheiros que participaram daquela reunião de ontem concordarem, eu gostaria de contar com o meu

chefe de gabinete e com a colaboração de alguns assessores seus para elaborarmos um pré-documento simples, que depois poderia ser enriquecido. Nesse documento, nós teríamos a participação do DNER e também do DER, em face dessas colocações que o Deputado Ronaldo Benedet falou. V.Exas. concordam com isso?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É importante, Deputado Lício Silveira, porque as informações obtidas no dia de hoje serão expostas neste documento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Queremos aqui, nobre Deputado Reno Caramori, reiterar o nosso apoio, o nosso compromisso e a nossa preocupação com relação à questão da BR-101.

Gostaria aqui de citar, mais uma vez, a questão das estradas estaduais que hoje estão recebendo um tráfego intenso em função do rompimento desta ponte no Rio Urussanga, na BR-101. E quando o Diretor do DNER foi perguntado sobre essa questão, colocou que esta é uma preocupação e uma responsabilidade do Estado.

Estamos encontrando dificuldades tanto na SC-438 como na SC-443 e na SC-444, que vêm recebendo um fluxo intenso de carga pesada, danificando quase que totalmente a via asfáltica naquela região. E isso vem acarretando sérios problemas, inclusive para os Municípios que estão recebendo todo esse fluxo.

Portanto, queremos deixar aqui registrado o nosso protesto com relação ao DNER, que está se esquivando desse acontecimento e jogando para cima do Estado e dos Municípios.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço pela sua importante e oportuna observação.

A Sra. Deputada Odete do Nascimento - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Odete do Nascimento - Queremos saudar a Mesa e cumprimentar o nosso particular amigo Deputado Reno Caramori, por quem temos muita admiração.

V.Exa. já foi Prefeito da nossa querida Caçador, onde residimos por vinte e um anos e onde lecionamos, no Colégio Estadual Paulo Schifiller, e não poderíamos deixar de cumprimentá-lo pela sua preocupação. É muito bom quando os Deputados se reúnem para discutir algo que vai favorecer a população de Santa Catarina.

V.Exa. sempre foi muito respeitado em Caçador, e mesmo não nos conhecendo, pois eu era uma professora oculta, trabalhei nas campanhas de V.Exa. quando foi Prefeito lá.

Portanto, nós o olhamos com bons olhos, Deputado, pois é uma pessoa muito dinâmica, muito responsável.

Fico feliz em saber que a União está fazendo força em prol da nossa BR-101, da qual eu necessito muito, porque trabalho em todo o Estado de Santa Catarina. Nós temos um trabalho com a escola de mulheres, temos um trabalho em Criciúma, em Tubarão, em Lages, em Itajaí. Temos também em Chapecó, sobre o qual nós até, volta e meia, conversamos a respeito com o Deputado Milton Sander.

Então, é necessário que se dê um jeito para o problema da BR-101, para que possamos dar continuidade às nossas viagens.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nós temos em comum um grande anseio, que é a rodovia SC-302, que liga Caçador/Calmon/Matos Costa/Porto União.

V.Exa., que morou em Porto União e em Caçador, conhece muito bem essa rodovia, e tenho certeza de que fará também um apelo muito grande ao nosso Governador e ao Secretário dos Transportes para que, neste Governo, tenhamos a realização daquela obra.

A Sra. Deputada Odete do Nascimento - Exatamente, eu transitei muito quando lecionava

em Matos Costa por aquela BR, que sempre está bloqueada. Inclusive, dizia para minhas colegas, brincando, que era sócia da Reunidas.

Então, precisamos, Deputado, que o nosso Governador olhe com carinho para aquela BR...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Rogério Mendonça, por até dezessete minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, aproveitando que nesta semana estamos todos os dias falando sobre as nossas rodovias, principalmente a questão da BR-101, gostaria aqui de abordar o grande problema que estamos tendo, principalmente nós do Médio e Alto Vale do Itajaí, em relação à BR-470, numa extensão de 360 quilômetros, de Navegantes à divisa com o Rio Grande do Sul.

Essa rodovia, no final do ano passado, foi transferida do Governo Federal para o Governo Estadual. Após essa transferência, houve um processo licitatório, tendo ganhado a concessão para explorar essa rodovia e também para recuperar e fazer a sua manutenção o chamado Consórcio Ecovale.

Essa licitação prevê a duplicação do Município de Navegantes a Indaial e de Blumenau a Indaial, como também a recuperação de todo o trecho dessa rodovia. E estão previstos investimentos de mais de 700 milhões de reais para a duplicação e manutenção dessa rodovia.

Mas, no momento, Srs. Deputados, estamos num impasse muito grande, até porque quando foi feita essa concessão também foi feita a licitação, e ganhou essa empresa. Em função disso, não foi previsto recurso no Orçamento do Estado nem no da União para a manutenção da BR-470.

Hoje, a BR-470 é uma rodovia sem dono! Ninguém sabe quem é o responsável pela sua manutenção. E nesse meio tempo, estamos vendo a cada dia que passa novos acidentes, alguns com vítimas fatais, outros com danos irreversíveis.

Segundo dados que levantei junto à Polícia Rodoviária, nos meses de novembro, dezembro e janeiro tivemos 732 veículos envolvidos em acidente, trinta pessoas morreram, e essa rodovia está sem manutenção.

Inclusive, hoje, em matéria veiculada no Jornal de Santa Catarina, o Secretário dos Transportes e Obras disse que eles estão revendo os valores do pedágio. A matéria cita que o custo do pedágio ao usuário que vai de Navegantes a Campos Novos, ida e volta, giraria em torno de R\$25,00.

Eu acho justo reavaliarmos os custos do pedágio, mas não podemos permitir que esta situação continue. Pode ser até que hoje pessoas estejam morrendo, outras ficando com problemas físicos. No trecho da BR-470 próximo a Ibirama, no Km-104, há um buraco de mais de dois metros, acarretando problemas para as pessoas que estão transitando nessa rodovia, que está abandonada.

Também estamos tendo essa preocupação com a BR-101, com os 360 quilômetros da BR-470. Inclusive, tenho aqui o recorte de um jornal em que um empresário de Rio do Sul, do Grupo Regata, cita um acidente envolvendo sete pessoas ocorrido nessa rodovia, no Município de Pouso Redondo, com duas vítimas fatais. E ele até elogiou a atuação do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar de Santa Catarina.

Srs. Deputados, a minha preocupação hoje ao ocupar o espaço da Liderança do PMDB é com relação às rodovias, porque parece que esta foi a semana das rodovias. E em função do abandono da BR-470, novas vítimas poderão estar sendo incluídas nesse rol que apresentei aqui para V.Exas.

Acreditamos que o impasse existe, que é justa e legítima essa renegociação, mas nós não podemos deixar sem manutenção essa rodovia, pois desde o mês de dezembro não tem sido colocada lá sequer uma pá de areia, não se mexeu no buraco lá existente, e a cada dia, numa progressão geométrica, essa rodovia vem fazendo novas vítimas. Por isso, nobres Colegas, a nossa preocupação e a deste Parlamento em relação ao que está acontecendo na BR-470.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado, conversávamos aqui, informalmente, com o Deputado Milton Sander sobre o nosso Estado, sobre as duas ou três frustrações que ele teria passado, principalmente a região Oeste, e que agora o momento nos parecia promissor com relação às condições de clima, para que pudéssemos, então, colher uma boa safra.

Por isso essa manifestação de V.Exa. vem ao encontro também da necessidade do escoamento da nossa produção. Por isso que ontem ainda o Deputado Federal Renato Viana, mantendo audiência com o Ministro Eliseu Padilha, reiterou os pedidos deste Parlamento e de vários Partidos e entregou um ofício oriundo da nossa Bancada solicitando que o Ministro se fizesse presente em nosso Estado para, *in loco*, analisar a situação das rodovias em nosso Estado que estão na administração do Governo Federal.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Antes de conceder um aparte a V.Exa., gostaria de dizer que a mesma situação está vivendo a BR-280, no trecho de São Francisco do Sul a Mafra, que também já foi licitada. Esse trecho está sem manutenção e apresentando sérios riscos para as pessoas que lá transitam.

Mas ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Rogério Mendonça, nosso popular Peninha, é uma satisfação lhe apartear.

Eu venho do Poder Executivo, a minha experiência sempre foi com o Executivo, agora sou Deputado, e sei que se espera de nós, Parlamentares, que as nossas ações se transformem em soluções para a sociedade catarinense.

É muito importante o envolvimento do Parlamento catarinense com as questões que são fundamentais. E fazendo uma avaliação, 70% foram da esfera federal, e nós somos Deputados Estaduais.

Mas a sociedade não quer saber, não faz essa distinção. Por isso eu coloco agora como sugestão que se deixe no "oxigênio" para os nossos 16 Deputados Federais e 3 Senadores da República. Que o legislativo catarinense e os nossos representantes no Congresso se reúnam mensalmente para discutir as questões comuns, como esta, por exemplo.

Nós somos os Vereadores do Estado, estamos aqui junto do povo, recebendo o seu calor. O sangue do povo corre nas nossas veias, o sentimento da rua é o do Deputado Estadual. Por isso nós precisamos passar para os Deputados Federais e para os Senadores esse sentimento, esse sofrimento, essa angústia do povo catarinense.

A Bancada do PMDB, através do Deputado Edinho Bez de Oliveira, já esteve com o Ministro Eliseu Padilha, e vamos ver se dentro de uns quinze dias, porque acho que seria difícil imediatamente, ele vem a Santa Catarina.

Portanto, que os nossos representantes no Congresso Nacional também pressionem para que o Presidente da República tome posições, porque Santa Catarina é um dos melhores Estados do País em termos de qualidade de vida. Por isso nosso Estado tem que ser visto com bons olhos, com carinho pelo Governo Federal, porque está abandonado. Está aí o exemplo do INSS, que está sendo retirado de Santa Catarina, assunto

este abordado ontem pelo Deputado Manoel Mota, e a justificativa é que há dificuldade de recursos. Mas os recursos hoje são dominados pelo Governo Federal, e os Municípios estão a esmolar, os Estados estão em estado de falência.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! Eu concedo um aparte a V.Exa., Deputado Joares Ponticelli, que é nascido no Alto Vale do Itajaí. E nós, do Alto Vale, emprestamos V.Exa. para o Sul do Estado temporariamente.

Tenho certeza que também V.Exa., que tem transitado com frequência pela BR-470, já sentiu os problemas dessa estrada, pela falta de conservação.

O Sr. Joares Ponticelli - Deputado, aproveito esse tema levantado por V.Exa. para relatar um fato que ocorreu há um ano, mais precisamente no dia 17 de fevereiro de 1998, naquele trecho da Serra dos Ilhéus, que V.Exa. bem conhece, próximo ao monumento da santa. Num acidente, minha mãe e o meu irmão acabaram despencando cerca de 128 metros, exatamente naquele ponto onde em 1997 acabaram perdendo a vida 17 crianças que participavam de uma excursão de Campos Novos. E há mais de oito anos aquele ponto não tem nenhuma mureta de proteção, não tem nada que possa impedir o deslizamento dos carros numa curva fechada como aquela.

Por parte do DNER, até então não houve nenhuma preocupação, mas a partir de agora, com a rodovia estadualizada, certamente o DER terá que tomar alguma providência, pois é um dos pontos críticos da BR-470.

Lá eu tive a graça de Deus de ter a vida da minha mãe e do meu irmão preservadas, mas muitas vidas se perderam naquele local. E aquela situação tem se repetido em vários pontos da BR-470.

Há duas semanas, quando estive no Alto Vale do Itajaí, tive que cortar um bom trecho da BR-470. Não é possível que se mantenha essas condições numa rodovia tão importante do nosso Estado!

Eu quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que é preciso que a nossa Comissão de Transportes tenha uma preocupação mais efetiva com aquela rodovia, que é tão importante para a economia do nosso Estado, uma vez que é a única ligação que temos do Meio-Oeste de Santa Catarina com o litoral.

E preciso que haja uma preocupação constante com a recuperação, e esse processo de privatização da rodovia terá que ser revisto.

Conversamos ontem com o Diretor do DER, Dr. Edgar Roman, e temos certeza que por parte do DER também existe a preocupação no sentido de se promover as melhorias necessárias, até para que as empresas que vão cuidar da BR-470 possam iniciar os trabalhos no menor espaço de tempo possível.

Parabenizo V.Exa. pelo tema, e quero me associar a V.Exa. e aos demais Deputados no sentido de buscarmos soluções para aquela importante rodovia do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço, nobre Deputado! Depoimentos iguais a este, muitas famílias catarinenses e de outros Estados gostariam de fazer aqui.

Tenho certeza de que a Secretaria de Transportes haverá de ficar sensibilizada, haverá de apressar este processo de licitação e concessão, para que mais vítimas não sejam acrescentadas a essas estatísticas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, parece que haverá rateio de tempo, por isso, gostaria de ver da possibilidade de utilizar esses dois minutos junto com o rateio que caberá ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo tempo disponível, concedemos seis minutos a V.Exa., Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para falar de um fato que tem ocupado espaços preciosos da nossa imprensa.

Com a liminar da Justiça, do Poder Judiciário no dia de ontem, entendo necessário que se faça algumas considerações sobre a transferência de 31 fiscais da Secretaria da Fazenda para o interior do Estado.

O Estatuto da Fiscalização fixa critérios, normas e regras para essa questão. Levo em consideração para que se transfira, em primeiro lugar, aquele servidor que tem menos tempo de serviço; em segundo lugar, aquele que tem a residência mais próxima; por último, o agente público menos idoso.

Estas normas são fixadas pelo estatuto. O fiscal tem a sua função vinculada, isto é, tem a livre iniciativa de fiscalizar as empresas que entenda necessário sem qualquer interferência superior.

Ocorre que 31 transferências foram efetuadas sem respeito ao que estabelece o estatuto, as normas, o que estabelece a lei, com uma única justificativa: o pessoal precisa ir para o campo.

Na nossa forma de ver, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este procedimento é discriminatório, é um ato político que já está fora de moda hoje em dia.

Vivemos hoje um novo momento político, e a transferência desses fiscais em nada soma, em nada acresce à arrecadação de ICMS no Estado de Santa Catarina, até porque para ocupar os cargos vagos desses servidores na estrutura da Secretaria da Fazenda do nosso Estado foram chamados outros fiscais, inclusive do interior do Estado.

Para nós esse procedimento, essa iniciativa por parte da Secretaria da Fazenda só teve um objetivo: promover a retaliação política numa atividade essencial para a arrecadação das finanças do nosso Estado.

A Justiça, no dia de ontem, encarregou-se de, num procedimento liminar, dar a condição a estes servidores para que permaneçam em seus postos, em seus lugares, uma vez que a iniciativa não teve a cobertura legal suficiente.

Mas o que me deixou pasmo, Srs. Deputados, não foi a transferência mas, sim, a irreverência com que o Secretário da Fazenda tratou o Poder Judiciário.

E gostaria de ler, Srs. Deputados, a manifestação do Sr. Secretário. Ele afirma, num determinado trecho, de forma textual: "Vou, então, transferir todas as empresas para cá. Esta Ilha é maravilhosa, todos querem ficar aqui."

Foi isto, Srs. Deputados, que disse o Secretário da Fazenda ao saber da liminar pela reportagem do Diário Catarinense.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o agente público não faz aquilo que quer, o agente público deve fazer o que a lei manda. E o Secretário da Fazenda deve se ater aquilo que a lei lhe permite. Não pode, a exemplo do que está sendo feito aqui, remeter para esta Casa um projeto de emenda à Constituição procurando a interferência nos demais Poderes, atentando contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)(Faz soar a campanha) - Sr. Deputado, o seu tempo está se esgotando.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Assomei à tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para pedir aos agentes públicos que ocupam lugar e espaço no Governo do Estado que se atenham a cumprir o que determina a lei.

Um Governo que foi eleito dizendo que iria basear-se e conduzir-se na legalidade, na constitucionalidade, precisa, de fato, Deputado Moacir Sopelsa, respeitar a lei. E espero que, além de respeitar a lei, o Sr. Secretário da Fazenda passe a respeitar também o Poder Judiciário. É imprescindível que haja harmonia e respeito com os poderes constituídos.

Era esta a nossa manifestação, Sr.

Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o horário destinado ao meu Partido, o PFL, para transmitir aos Srs. Deputados e demais pessoas presentes que estamos, neste momento, numa reunião no plenarinho com todos os coordenadores regionais do nosso Estado, já em pleno trabalho de preparação para as convenções do mês de março.

Esses trabalhos estão sendo desenvolvidos de forma bastante objetiva em todo o Estado. E hoje, com essa reunião dos nossos Líderes, dos coordenadores regionais, teremos também, naturalmente, um melhor discernimento em relação às convenções municipais de março.

Também hoje ocorrerá para a nossa Capital os Prefeitos do PFL, também numa reunião preparatória, com a mesma finalidade.

Nós gostaríamos de dar aos Prefeitos e também aos coordenadores regionais as boas-vindas. Temos certeza absoluta de que com o Partido da Frente Liberal trabalhando da forma como está, estará também fazendo a sua parte em relação à democracia deste País.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Apresentamos a justificativa da ausência do Sr. Deputado Sandro Tarzan, que se encontra em Brasília.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do PFL do Município de Itapoá, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o Sr. Deputado Nilson Gonçalves, Autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só gostaria de enfatizar, através deste microfone, que o Professor José Picolin, Presidente do Diretório do PFL de Itapoá, no dia de hoje está fazendo aniversário, e gostaríamos que, através deste requerimento, fosse enviado a ele um telegrama de felicitações.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para transmitir ao Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, as nossas felicitações, rogando a Deus que lhe dê muito discernimento, muita saúde para gerir os destinos do Município de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Requerimento de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Cabo Mauri Freitas Júnior, manifestando votos de pesar pelo falecimento do seu pai.

A Presidência defere de plano.

O requerimento de autoria do Deputado Francisco de Assis, que a Presidência retirou da pauta da Ordem do Dia de ontem para uma discussão mais ampla sobre a questão de uma sessão especial, volta a ser retirado da pauta para ser discutido posteriormente.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita envio de mensagem telegráfica ao Sr. Secretário de Estado da

Segurança Pública, apelando que seja realizado pelo Detran cursos referentes à formação de instrutores para candidatos à primeira habilitação, de diretor-geral e de diretor de ensino, conforme Portaria do Denatran 05/99 que entra em vigor a partir de 02 de março de 1999.

Em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos fazendo esse apelo ao Secretário da Segurança Pública para que isso amenize o sofrimento de algumas pessoas que estão precisando de emprego.

As auto-escolas estão necessitando de instrutores, pessoas capacitadas para poderem dar aula, poderem ensinar. Este curso é um curso comum, e o Detran pode dar. As auto-escolas estão esperando esses cursos, que não estão acontecendo.

No final do Governo passado já fizemos um apelo. Fui até meio severo nessa ação, mas o curso não saiu. Então, estamos fazendo novamente o apelo.

Já falei com o Secretário, que recebeu muito bem a reivindicação. Estou pedindo que seja aberto imediatamente esse curso de preparação de instrutores para poder oferecer às auto-escolas, para que elas possam preparar esses alunos, que buscam a profissionalização, para que depois possam trabalhar, por exemplo, na empresa de ônibus do Deputado Reno Caramori, a Reunidas. E para isso tem que ser um grande profissional.

Esperamos poder ter uma resposta imediata, para que esses cursos possam ser abertos imediatamente. Isso é fundamental, acho que gera em torno de 200 empregos só aqui na capital.

Este pedido é em nome dos Parlamentares, do Parlamento.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço, com muita honra, o Deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputado, a preocupação que V.Exa. traz a esta Casa realmente é a grande realidade. Há necessidade de criarmos mecanismos que venham a treinar o pessoal que usa o volante.

É lamentável, Deputado Manoel Mota, mas nós temos motoristas que treinam só um pouquinho no interior e, de repente, caem na BR-101 ou na BR-116 com um caminhão pesado. As auto-escolas, que têm a grande responsabilidade de instruir, porque estão cobrando por um serviço prestado, terão que ter profissionais treinados para transmitir uma coisa correta.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, Deputado Reno Caramori.

"A Assembléia Legislativa do Estado de

Santa Catarina, aprovando proposição do Deputado Manoel Mota, solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública que seja realizado, pelo Detran/SC, cursos referentes à formação de instrutores para candidatos à primeira habilitação e de diretor-geral de ensino, conforme a Portaria nº 05/99, do Denatran, que entra em vigor a partir do dia 02 de março."

A nova lei vai entrar em vigor, Srs. Deputados, por isso precisamos habilitar!

Em Santa Catarina houve, recentemente, a denúncia de carteiras compradas, vendidas, e o que nós queremos? Nós queremos que o Estado de Santa Catarina receba uma habilitação que capacite o motorista a dirigir dentro das normas, que esteja preparado para conduzir o seu veículo, seja ele um caminhão, um ônibus ou um automóvel. Por isso, é fundamental esse curso.

Então, nós pedimos aos Deputados o apoio. Eu, inclusive, já falei com o Sr. Luiz Carlos Schmidt de Carvalho, que nos atendeu muito bem. Ele disse que iria tomar as medidas, mas vamos encaminhar este requerimento para reforçar o pleito, que não é deste Deputado, mas, sim, de todos. Esperamos que seja atendido de imediato, uma vez que é de fundamental importância, pois vai gerar muitos empregos em Santa Catarina.

Como a CNBB elegeu como lema da Campanha da Fraternidade de 1999 "Sem Emprego... por quê?", nós estamos contribuindo. Tenho certeza que este curso vai trazer muitos benefícios, vai gerar muita mão-de-obra para Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Diretor-Presidente da Telesc, apelando que seja verificada a possibilidade de instalação de um posto telefônico na localidade de Pinheiro Torto, Município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, a ser enviada aos Secretários dos Transportes e Obras e ao Secretário da Segurança Pública, pedindo que os órgãos vinculados a essas Secretarias observem o que determina os

preceitos do § 1º do art. 80 da Lei nº 9503/97 e a Resolução nº 79/98, do Contran, no que concerne à colocação das placas de sinalização, que tem por objetivo a fiscalização do trânsito por meio mecânico, elétrico, eletrônico ou fotográfico.

Em discussão

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Romildo Titon, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre a paralisação das obras da BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Deputados, temos em mãos um pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti referente ao episódio ocorrido ontem na Câmara de Vereadores. Consulto V.Exas. sobre a sua inclusão na pauta.

(Os Deputados presentes, em nome de suas Bancadas, aquiescem.)

Sendo assim, o pedido de informação entra na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Pedido de Informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre a ação da Polícia Militar na Câmara de Vereadores de Florianópolis nos dias 23 e 24 de fevereiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte pauta para a Ordem do Dia: requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst; pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, e pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP Nº 007/99

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONSTITUIR Comissão Temporária Especial Externa, composta pelos Senhores Deputados Joares Ponticelli, Manoel Mota, Adelor Vieira, Francisco de Assis e Jorginho Mello, para no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável se necessário por mais 60 (sessenta) dias, tratar da duplicação da BR-101.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Romildo Titon - 2º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 008/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONVOCAR o cidadão Altair Guidi, 1º Suplente de Deputado do Partido Progressista Brasileiro - PPB, para ocupar cadeira neste Poder, a partir do dia 1º de março de 1999, vaga em decorrência da indicação do Senhor Deputado Odacir Zonta, para assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 009/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

NOMEAR, de acordo com os arts. 23 a 25 do Regimento Interno, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Jorginho Mello
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Reno Caramori
Deputado Francisco de Assis Nunes

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Sandro Tarzan
Deputado Wilson Wan-Dall
Deputado Paulo Bornhausen
Deputado João Rosa
Deputado Ivo Konell
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Valmir Comin
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Paulo Bornhausen
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Nelson Goetten de Lima
Deputado Milton Sander
Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado João Rosa
Deputado Narciso Parizotto
Deputado Ronaldo Benedet
Deputada Odete Nascimento
Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Deputado Wilson Wan-Dall
Deputado João Itamar da Silveira
Deputado Manoel Mota
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Valmir Comin
Deputado Reno Caramori
Deputado Francisco de Assis Nunes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Cesar Souza
Deputado João Itamar da Silveira
Deputado Manoel Mota
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Milton Sander
Deputada Ideli Salvatti

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Deputado Clésio Salvaro
Deputado Sandro Tarzan
Deputado Ivo Konell
Deputado Ronaldo Benedet
Deputada Odete Nascimento
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Deputado Ciro Roza
Deputado Clésio Salvaro
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Luiz Roberto Herbst
Deputado Ivan Ranzolin
Deputado Nelson Goetten de Lima
Deputada Ideli Salvatti

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Deputado Jaime Mantelli
Deputado Clésio Salvaro
Deputado Narciso Parizotto
Deputado Gelson Sorgato
Deputado Nelson Goetten de Lima
Deputado Ivan Ranzolin
Deputada Ideli Salvatti

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS**RESOLUÇÃO Nº 392/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **MICHEL CURI**, matrícula nº 0171, ocupante do cargo de Procurador do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, da função de Chefe do Colegiado da Procuradoria Jurídica deste Poder, a partir de 05/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 393/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR **HARRY EGON KRIEGER**, matrícula nº 0114, ocupante do cargo de Procurador do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, na função de Chefe do Colegiado da Procuradoria Jurídica deste Poder, a partir de 05/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 394/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 839, de 15/05/97, que colocou à disposição da Câmara Federal, a funcionária **JOYCE MARIA RAMOS BASTOS**, matrícula nº 1159, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 395/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 840, de 15/05/97, que colocou à disposição da Câmara Federal, a funcionária **LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**, matrícula nº 0606, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 396/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, **LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**, matrícula 0606, ocupante do cargo de Advogado, código ATS/11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 17/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 397/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, **LAERCIO ARCENO CORREA**, matrícula 1438, ocupante do cargo de Motorista, código ATM/9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 398/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Saúde, **TEREZA PAULINA BACK**, matrícula 0906, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código ATS/11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 399/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 930, de 09/06/97, que colocou à disposição da Secretaria de Projetos Especiais do Ministério da Saúde, em Brasília, o funcionário **JOÃO JOSE CANDIDO DA SILVA**, matrícula nº 0891, a partir de 04/01/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 400/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Saúde, **JOÃO JOSE CANDIDO DA SILVA**, matrícula 0891, ocupante do cargo de Médico, código ATS/12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 04/01/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 401/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro no parágrafo único do art. 286, do Diploma Regimental Interno,

DESIGNAR o Deputado **LÍCIO MAURO DA SILVEIRA** - 1º Secretário da Mesa, para exercer as funções de Corregedor e os Deputados **ROMILDO TITON**, **AFONSO SPANIOL** e **ADELOR VIEIRA**, para substitutos pela ordem.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 402/99

Constitui Comissão visando a promover inspeção de natureza financeira, legal e operacional no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR COMISSÃO composta pelos Senhores Deputados **ADELOR VIEIRA** e **GILMAR KNAESEL**, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, promover inspeção de natureza financeira, legal e operacional, referente às despesas de pessoal no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 403/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **HENRIQUE JOSE DA COSTA**, matrícula nº 0772, da função de Chefe da Seção de Fiscalização e Controle de Contratos, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/03/99 (Procuradoria de Finanças).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 404/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **JOÃO CARLOS NEVES**, matrícula nº 0364, para exercer a função de Chefe da Seção de Fiscalização e Controle de Contratos, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/03/99 (Procuradoria de Finanças).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 405/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MANOEL JOSE PEDRO**, matrícula nº 2969, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, **REVOGAR** a Resolução nº 234, de 11/03/96, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/03/99 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 406/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEWTON FERNANDES BRUGGEMANN**, matrícula nº 3065, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/99 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 407/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO BACK MEDEIROS**, matrícula nº 3146, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Liderança do PPB).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 408/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALVAI MANOEL PEREIRA**, matrícula nº 2600, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/02/99 (Deputado Herneus de Nadal).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 409/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SOLANGE GANDOLFI**, matrícula nº 2589, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (2ª Secretária).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 410/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **NARA PATRÍCIA RAMOS CORDEIRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (2ª Secretária).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 411/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a **NARA PATRÍCIA RAMOS CORDEIRO**, a partir de 01/03/99 (Deputado Romildo Titon).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 412/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **LORIS NASSAR CAMISÃO**, matrícula nº 3129, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99. (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 413/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **ANTONIO UBIRATAN DE ALENCASTRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador da Comissão de Licitações, código PL/DASU-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Coordenadoria de Licitações).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 414/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **DORILDA ARINS**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/99 (Deputado Francisco de Assis Nunes).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 415/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95, **ALEXANDRE PEREIRA FIGUEIREDO ZABOT**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento) a partir de 01/02/99 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 416/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **HAMILTON LEONARDO**, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/02/99 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 417/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BENITO BOTEGA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, símbolo PL/3-CC, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/02/99 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 418/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 1111/98,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, regulamentado pelo artigo 1º, III, da Lei Complementar nº 133/94, c/c com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, ao funcionário **TITO SILVESTRE**, matrícula nº 2831, no cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 419/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 1479/98,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER APOSENTADORIA, por invalidez permanente, ao funcionário **RENATO FARIAS**, matrícula nº 0942, no cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**EXTRATO****EXTRATO Nº 022/99**

REFERENTE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/95.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Refeicheque Administração Ltda.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência por 10 (dez) meses consecutivos, compreendidos entre 02/03/99 e 31/12/99.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, em 02 de março de 1999.

Signatários: Deputado Gilmar Knaesel

Edvânia Garcia Fernandes

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 005/99**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF.GAP-Nº 481/99

Florianópolis, 08 de fevereiro de 1999

Exmo. Sr.

Deputado GILMAR KNAESEL

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 88 da Lei Complementar nº 31, de 27/09/90 e artigo 26, inciso XXIII do Regimento Interno, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao **quarto trimestre de 1998**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente do TCE/SC

Lido no expediente

Sessão de 04/03/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 006/99

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 45/99/OE/TP

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999.

Excelentíssimo Senhor

Dep. GILMAR KNAESEL

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de SC

Nesta - SC

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 11º, do Ato Regimental nº 60/90 deste Tribunal, encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº **97.008690-3**, da Capital, em que é requerente o Representante do Ministério Público.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Desembargador João José Schaefer

RELATOR

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/99

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

Ofício nº PRCC 2549/999

Florianópolis, 24 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa

Palácio Barriga Verde

Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que, usando da permissão que me concede o artigo 266 do Regimento Interno dessa Casa, indico para exercer a Liderança do Governo, o Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Roberto Barreto Bornhausen, da Bancada do Partido da Frente Liberal.

Respeitosamente,

ESPERIDIÃO AMIN

GOVERNADOR DO ESTADO

Lido no Expediente

Sessão de 02/03/99

*** X X X ***

Gabinete do Deputado Francisco de Assis Nunes

Ofício nº 041/99

Florianópolis, 03 de março de 1999

EXMO. DEPUTADO

GILMAR KNAESEL

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE

SANTA CATARINA

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente, solicitar declaração desta Casa Legislativa, que comprove o funcionamento parlamentar do Partido dos Trabalhadores - PT - de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Francisco de Assis Nunes

Líder da Bancada do PT

Lido no Expediente

Sessão de 04/03/99

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 146/99**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARIA REGINA GARCIA PEREIRA**, matrícula nº 1232, no Gabinete da Presidência (Recepção).

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 147/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCELO DE PAULA RIBEIRO**, matrícula nº 1475, no Gabinete do Deputado Rogério Mendonça.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 148/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **ARILTON R. ANDRADE PEREIRA**, matrícula nº 0865, no Gabinete do Deputado Nilson Gonçalves.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 149/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **MARIA CANDIDA GOULART CORDOVA**, matrícula nº 1478, no Gabinete do Deputado Nilson Gonçalves.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 150/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **WANDA MARIA NUNES**, matrícula nº 1115, na Biblioteca.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 151/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ANTONIO CARLOS VIEIRA JÚNIOR**, matrícula nº 1556, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 18/02/99.

PORTARIA Nº 152/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA**, matrícula nº 0578, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 22/02/99.

PORTARIA Nº 153/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **SAMIR MEDEIROS FERNANDES**, matrícula nº 1486, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-5-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBen

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 154/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **MARIA DA GRAÇA CARDOSO**, matrícula nº 1529, na Divisão de Serviços Gerais.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 155/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **VÁNEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 156/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **AMILCARE JOSÉ ZAPPELINI**, matrícula nº 0667, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 157/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **SADI DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 1982, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 158/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **SILVIO NESTOR DE SOUZA**, matrícula nº 1411, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 159/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **ADÉLCIO MACHADO DOS SANTOS**, matrícula nº 1822, na Liderança do PMDB.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 160/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **MYLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, na Divisão de Recursos Materiais.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 161/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **WILFREDO MEDEIROS DA SILVA**, matrícula nº 0589, no Gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 162/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **MARIA DE L. EMERIM MEDEIROS**, matrícula nº 1242, no Gabinete do Deputado Sandro Tarzan.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 163/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, na Divisão de Serviços Técnicos e Manutenção.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 164/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
LOTAR **LOURIVAL BAPTISTOTTI**, matrícula nº 1900, na Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 165/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **OSVALDO MANOEL LUIZ VIANA**, matrícula nº 0958, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 166/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI**, matrícula nº 1541, no Gabinete do Deputado Valmir Francisco Comin.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 167/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MAGDA BIANCHINI MATTOS**, matrícula nº 1477, no Gabinete do Deputado Valmir Francisco Comin.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 168/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SANTINA SILVESTRI**, matrícula nº 1909, no Gabinete do Deputado Valmir Francisco Comin.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 169/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **AÉCIO GANDOLFI OURIQUES**, servidor da CODESC, à disposição nesta Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Neodi Saretta.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 170/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **ALBERTO MAGNO PALADINI**, matrícula nº 0707, no Gabinete do Deputado Sandro Tarzan.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 171/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JOSÉ MAURÍCIO CORDEIRO**, matrícula nº 1933, na Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 172/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **HELOÍSA CABRAL UCHOA REZENDE**, matrícula nº 0776, na Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 173/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **RITA DE CASSIA ALTHOFF COUTINHO**, matrícula nº 1579, na Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.

Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 174/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **AMÉLIA NOVAES CORDEIRO**, matrícula nº 1375, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 175/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARIA THEREZA FRANZONI D'ARAÚJO**, matrícula nº 1093, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 176/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **PAULO CESAR DE BONA PAMATO**, matrícula nº 0580, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 177/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, na Liderança do PPB.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 178/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SERGIO LUIZ CARDOSO**, matrícula nº 1425, na Divisão de Serviços Gerais - Setor do IPESC.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 179/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCELO DOMINGUES**, matrícula nº 1921, no Gabinete do Deputado Paulo Roberto Bornhausen.
Palácio Barriga-Verde, em 05/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABBen
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 014/99**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 025**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Defesa Civil".

Palácio Santa Catarina, 01 de março de 1999

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 02/03/99*

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 025/99

Em 04 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva complementar o programa de trabalho do Fundo Estadual de Defesa Civil, no montante de R\$ 1.034.043,04 (um milhão, trinta e quatro mil, quarenta e três reais e quatro centavos).

2. A suplementação de dotações orçamentárias ao mencionado Fundo decorre de dispositivo legal contido na Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, que redefiniu a distribuição dos valores arrecadados relativos às taxas a seguir mencionadas: 1121.01.00 - Taxa de Prevenção contra Sinistros, 1122.02.00 - Taxa de Segurança Contra Incêndios, 1122.04.00 - Taxa Ostensiva contra Delitos, 1122.05.03 - Atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, 1122.05.04 - Atos da Polícia Militar e 1122.08.00 - Taxa de Segurança Preventiva.

3. Anteriormente à vigência da Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, do total dos valores arrecadados, 42,50% eram destinados ao Fundo de Melhoria da Segurança Pública, 42,50% ao Fundo de Melhoria da Polícia Militar e 15% ao Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina.

4. Com a vigência da nova Lei, os valores arrecadados passaram a ser distribuídos da seguinte forma: 41,50% para o Fundo de Melhoria da Segurança Pública, 41,50% para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar, 15% para o Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e 2% para o Fundo Estadual de Defesa Civil.

5. Portanto, do total de R\$ 51.702.152,00 a serem arrecadados em 1999, R\$ 21.456.392,48 serão destinados ao Fundo de Melhoria da Segurança Pública, R\$ 21.456.393,48, ao Fundo de Melhoria da Polícia Militar, R\$ 7.755.323,00 ao Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e R\$ 1.034.043,04 ao Fundo Estadual de Defesa Civil.

6. Para efetuar a suplementação pretendida, em conformidade com a Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, estamos propondo a anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas a projetos pertencentes aos programas de trabalho do Fundo para a Melhoria da Segurança Pública e do Fundo para a Melhoria da Polícia Militar, no montante de R\$ 1.034.043,04, transportando-as para o programa de trabalho do Fundo Estadual de Defesa Civil.

7. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Antonio Carlos Vieira
Secretário da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 014/99

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Defesa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os Programas de Trabalho do Fundo para Melhoria da Segurança Pública e do Fundo de Melhoria da Polícia Militar, no valor de R\$ 1.034.043,04 (um milhão, trinta e quatro mil, quarenta e três reais e quatro centavos), anulando parcialmente nos projetos abaixo discriminados os seguintes elementos e subelemento de despesa:

4900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
4991	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Projeto	Aquisição de Equipamentos e Veículos	
Código	4991.06301741.686	
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4100.00	INVESTIMENTOS	
4120.00	(40) Equipamentos e Material Permanente	R\$ 517.021,52
5700	POLÍCIA MILITAR	
5791	FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR	
Projeto	Melhoria da Polícia Ostensiva	
Código	5791.06301771.100	
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4100.00	INVESTIMENTOS	
4120.00	(40) Equipamentos e Material Permanente	R\$ 117.021,52
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
4320.00	Transferências Intergovernamentais	
4323.00	(40) Transferências a Municípios	R\$ 200.000,00
Projeto	Melhoria da Defesa contra Sinistros	
Código	5791.06301781.101	
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4100.00	INVESTIMENTOS	
4120.00	(40) Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados na atividade abaixo discriminada os seguintes elementos e subelementos de despesa:

4100	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
4192	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	
Atividade	Administração de Recursos para Situações de Emergência e Calamidade Pública	
Código	4192.06301782.618	
3000.00	DESPESAS CORRENTES	
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	
3110.00	Pessoal	
3112.00	(40) Pessoal Militar	R\$ 30.000,00
3120.00	(40) Material de Consumo	R\$ 84.043,04
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos	
3131.00	(40) Remuneração de Serviços Pessoais	R\$ 10.000,00
3132.00	(40) Outros Serviços e Encargos	R\$ 50.000,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4100.00	INVESTIMENTOS	
4110.00	(40) Obras e Instalações	R\$ 10.000,00
4120.00	(40) Equipamentos e Material Permanente	R\$ 550.000,00
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
4320.00	Transferências Intergovernamentais	
4323.00	(40) Transferências a Municípios	R\$ 300.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 015/99

Altera o art. 2º, § 3º da Lei nº 10.723, de 16.03.98, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

Art. 1º - A redação do art. 2º, § 3º da Lei nº 10.723, de 16 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

...

§ 3º - Nos dois primeiros anos de execução desta Lei, os municípios estarão isentos da comprovação do Relatório Físico-Financeiro a que se referem os incisos III e IV, do § 1º deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Wilson Wan-Dall

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/99

JUSTIFICATIVA

A modificação ora formulada visa adequar a Lei nº 10.723/98 às circunstâncias hoje enfrentadas pelos municípios catarinenses.

A edição da Lei em exame teve o condão de sistematizar a distribuição da quota estadual do salário educação, estabelecendo em seu bojo condições para o recebimento dessas parcelas. Neste sentido, estipulou-se no art. 2º, § 1º, requisitos que devem ser satisfeitos pelos municípios, inserindo-se neles o "Relatório Físico-Financeiro" da aplicação anual daqueles recursos. Assim, o § 3º do art. 2º, prevendo as dificuldades que se apresentariam para o cumprimento dessas exigências, desobrigou a municipalidade, no primeiro ano da execução da Lei, da apresentação desse Relatório.

Com a medida, certamente, o legislador tencionava oferecer um período de adequação à norma, facilitando a estruturação das Prefeituras face às condições elencadas na Lei.

Como não houve repasse no ano de 1998, segundo informação da Secretaria de Estado da Educação, essa adaptação não ocorreu, razão pela qual impõe-se a dilatação do prazo supra apontado, permitindo, para o presente exercício, que o referido Relatório seja excluído do rol de comprovantes necessários à habilitação dos municípios nesse processo.

Nossa proposta, em suma, altera a redação do § 3º do art. 2º, estendendo a isenção prevista, para os dois primeiros anos da vigência da Lei (1998 e 1999), contudo, essa liberalidade findará em 31.12.99.

Deste modo, cabe a este Poder normatizar a dilatação dessa isenção, pois, a persistir a exigência atual esta, fatalmente seria descumprida, inviabilizando assim, o aludido repasse.

Por todo o exposto, concitamos os nobres Pares a endossar esta proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 016/99**Institui livro destinado ao recebimento de Reclamações, Opiniões e Sugestões, nos Órgãos Públicos do Estado e dá outras providências.**

Art. 1º - Os Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta deverão dispor de um livro com fim específico de receber Reclamações, Opiniões e Sugestões, instalado em local visível e de fácil acesso, devidamente identificado, para ser utilizado pelos usuários dos serviços e pela população, como um todo.

Parágrafo Único - Haverá a designação de um servidor credenciado para o auxílio das anotações dos fatos, se necessário, e na orientação das pessoas interessadas em fazer uso do respectivo.

Art. 2º - Os Órgãos Públicos deverão promover o devido encaminhamento das referências feitas e cientificar os cidadãos, que se identificarem no momento das exposições, sobre o manifesto e, se for o caso, das possíveis medidas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1999.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 04/03/99

JUSTIFICATIVA

Muitas vezes as pessoas se sentem constrangidas e até mesmo desamparadas quando não tem e não vislumbram a devida eficiência no trato das suas causas, perante órgãos do serviço público.

Ao tornarmos obrigatório a existência de um livro para Reclamações, Opiniões e Sugestões, estaremos proporcionando mais uma opção para que a população possa se manifestar. A partir desta fonte se poderá ir buscar maneiras mais eficazes para a otimização dos serviços, principalmente no que concerne ao atendimento ao povo.

Em se considerando a simplicidade à aplicabilidade do Projeto, cremos que a sua aprovação terá valia até mesmo para os responsáveis pelos serviços que recebem demanda diária da população, pois, de uma forma literal, estarão convivendo com mais um instrumento gerador de facilidades à verificação dos resultados dos trabalhos oferecidos, pretendidos e obtidos.

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/99****Dispõe sobre a utilização dos veículos de propriedade do Poder Legislativo e dá outras providências.**

Art. 1º A utilização dos veículos do Poder Legislativo obedecerá o disposto nesta resolução.

Art. 2º Os veículos oficiais deverão ser utilizados exclusivamente para desenvolvimento de tarefas pertinentes aos serviços da Assembléia Legislativa e dos Gabinetes dos Deputados.

§ 1º - Considera-se, para os efeitos desta Resolução, serviços da Assembléia Legislativa todos aqueles, administrativos ou parlamentares, ligados ao funcionamento normal das atividades do Poder.

§ 2º - Considera-se serviços dos Gabinetes Parlamentares todos aqueles determinados pelos Deputados e ou pelos Chefes das unidades, que versem sobre o desempenho das questões oriundas da atividade Parlamentar.

Art. 3º A disposição dos veículos aos órgãos e aos Srs. Deputados será autorizada através de ato da Mesa Diretora e executada através da Diretoria de Transportes.

Parágrafo Único - Os responsáveis pelos órgãos, os Deputados e as Lideranças Partidárias que receberem veículos deverão formalizar Termo de Responsabilidade.

Art. 4º Os veículos serão conduzidos por motoristas pertencentes ao quadro da Assembléia Legislativa ou por funcionários ocupantes do cargo de Assistente Parlamentar, ambos devidamente cadastrados pela Diretoria de Transportes, inclusive com o respectivo veículo.

§ 1º - Os servidores ocupantes dos Cargos de Comissionados previstos no "caput" deste artigo deverão comprovar perante o Departamento Administrativo os requisitos necessários à condução de veículos automóveis oficiais.

§ 2º - Mediante a comprovação prevista no § anterior, para o cumprimento das funções pertinentes à atividade parlamentar, os Deputados poderão conduzir os veículos a eles disponibilizados.

Art. 5º A Mesa Diretora baixará os demais atos regulamentares à execução desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1.999

Deputado Luiz Roberto Herbst

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/99

JUSTIFICATIVA

Apresento a deliberação dos Demais Pares desta Casa, proposta que dispõe sobre a utilização dos veículos de propriedade do Poder Legislativo e dá outras providências.

A medida, a nosso ver, representará a regulamentação de importante questão na esfera desta Casa, uma vez que a utilização dos veículos oficiais, no momento, por muitas ocasiões, não respeita regras básicas.

Outro fator que entendemos preponderante é a possibilidade de promovermos maiores cuidados com o patrimônio público, mediante a edição de regras básicas.

Estamos vivendo em tempo de crise, fala-se muito em recessão da economia, adequação de gastos às novas realidades, e a exemplo das empresas privadas, creio que os serviços de caráter público também devem reorganizar-se, objetivando economia e melhoria de seus serviços, motivo que nos impulsiona também a propor esta medida.

Assim, entendendo que a hipótese é de suma importância a este parlamento, solicitamos aos nobres Pares pela sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/99

Institui o Programa Conheça o Poder Legislativo e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Conheça o Poder Legislativo de Santa Catarina.

Parágrafo Único - O Programa de que se refere o caput deste artigo tem por objetivo buscar e praticar meios e formas de trabalho para que, de maneira simplificada e de fácil acesso, a comunidade catarinense tenha conhecimento dos trabalhos apresentados, votados em trâmite e todos quantos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 2º - A Mesa Diretora gerenciará o Programa, cabendo sua coordenação a Assessoria de Imprensa da Assembléia Legislativa.

Art. 3º - A efetivação do Programa se concretizará através de publicações, "folders", programas radiofônicos e de televisão e nos demais meios de imprensa, firmamento de convênios com fins específicos, serviços editoriais, entre outros.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa promoverá a elaboração e distribuição nos meios escolares de livretes informativos sobre a representatividade e significância do Poder no contexto político e democrático do estado e da nação.

Art. 4º - Fica criado dentro do Programa previsto nesta Resolução, o Serviço "O Dia a Dia do Poder Legislativo".

Art. 5º - O serviço de que se refere o artigo tem por objetivo oferecer a população, às emissoras de rádio, televisão e demais meios de comunicação, informativo diário sobre os trabalhos da Assembléia Legislativa na data imediatamente anterior a que está sendo divulgada.

Parágrafo Único - Aos sábados e domingos a divulgação compreenderá uma sinopse dos principais assuntos levados a efeito no curso da semana recém finda.

Art. 6º - O oferecimento do Serviço é por via telefônica, com duração de aproximadamente 4 (quatro) minutos, tendo como canal de comunicação uma linha prefixada em "0800".

§ 1º - Os custos da ligação estão inclusas no oferecimento do Serviço.

§ 2º - Com o objetivo do controle de custos a Mesa Diretora poderá limitar o número máximo permitido da recepção de ligações diárias.

Art. 7º - O Serviço incorporará, entre outros assuntos, impreterivelmente, as matérias em pauta, os projetos votados em Plenário, as deliberações das Comissões Permanentes e Temporárias e um resumo sucinto da ata lida na respectiva Sessão do dia.

Parágrafo Único - A gravação dos textos divulgacionais se dará diariamente, após o encerramento da Sessão Plenária.

Art. 8º - Todas as divulgações terão espírito estritamente informacionais, sob em nenhuma hipótese posicionais.

Art. 9º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa regulamentará esta Resolução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1999.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 04/03/99

JUSTIFICATIVA

Faço a apresentação do presente Projeto de Resolução com o intuito de fazer o Programa "Conheça o Poder Legislativo de Santa Catarina" e dentro deste, de imediato, o Serviço "O Dia do Poder Legislativo".

O objetivo maior da iniciativa é oferecer para a população e aos meios de comunicação mais uma forma de acesso para com o Parlamento de Santa Catarina e aos seus trabalhos diários. Neste contexto está, além da busca de formas divulgacionais para a transmissão do que é feito, o lançar de diretrizes que contenham em seu bojo a exposição das funções do legislativo e de sua importância dentro de um processo de democracia.

Este serviço que está vigendo no Estado vizinho do Rio Grande do Sul, vem apresentando resultados surpreendentes. Para se ter uma idéia, 80 emissoras de rádio daquele Estado, diariamente, utilizam o Serviço para captar informações e, num segundo instante, repassar, em forma de notícias, aos seus ouvintes.

*** X X X ***